LICITAÇÕES LEI N° 14.133/21



**Regime jurídico-administrativo**

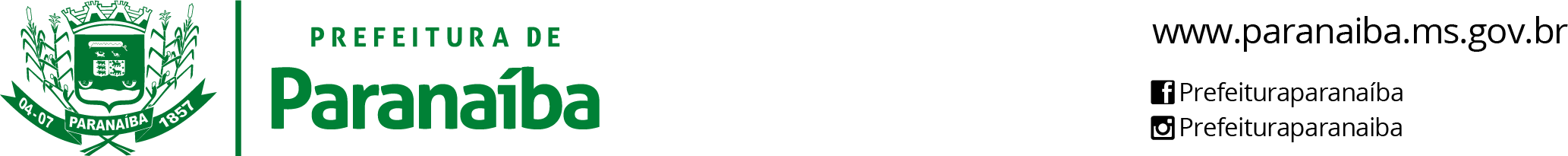
O conjunto formado por todos os princípios e regras pertencentes ao Direito Administrativo denomina-se tecnicamente regime jurídico-administrativo. Já a expressão regime jurídico da Administração designa os regimes de direito público e de direito privado aplicáveis à Administração.

**Conceito de licitação:**

É o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para celebração do contrato.

**Objetivos da licitação:** atender o interesse público, buscar a proposta mais vantajosa, proporcionar igualdade de condições, evitar sobrepreços, preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento; além de incentivar a inovação e promover o desenvolvimento nacional sustentável, bem como os demais princípios resguardados pelo Texto Constitucional.

Poder Público Edital Licitantes

****

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 8/2024**

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 33/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2024 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 8/2024**

**PREÂMBULO:**

O MUNICÍPIO DE PARANAÍBA, através do Agente de Contratação, designado pelo **DECRETO Nº 1210/2024, DE 12 DE JANEIRO DE 2024**, publicado no Diário Oficial do Município n° 3508, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA**, tipo **"MENOR PREÇO GLOBAL”, MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações e **DECRETO MUNICIPAL Nº 1197/2023, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023**, e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, e as condições constantes do presente Edital e seus Anexos.

# DATA DA REALIZAÇÃO: DIA 10 DE ABRIL DE 2024 (10/04/2024).

**HORÁRIO: RECEPÇÃO DE PROPOSTA ÀS 09:00 (NOVE) HORAS E INÍCIO DA DISPUTA ÀS 9:30 (NOVE E TRINTA) (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF).**

**LOCAL: https://bll.org.br/.**

**VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO: R$ 397.988,29 (trezentos e noventa e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e vinte e nove centavos).**

# CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:

**Portal BLLCOMPRAS no endereço eletrônico:** https://bll.org.br/ - “Acesso Identificado”

**Contato:** (41) 3097-4600 [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br)

**Portal de Contratações Públicas**

no endereço: https://[www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br)

**Diário Oficial do Município no endereço eletrônico:**

https://[www.diariooficialms.com.br/](http://www.diariooficialms.com.br/)

**ESCLARECIMENTOS:** E-mail: [licitapref@hotmail.com](mailto:licitapref@hotmail.com) telefone: (67) 36690000, horário de atendimento das **8:00 as 14:00 horas (horário de Brasília-DF)**, Setor de Licitações, na Avenida Juca Pinhé Nº 333; Jardim Santa Mônica; Paranaíba-MS

**1. DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada para a ***“Reforma da Quadra Poliesportiva do Paranaíba Tênis Clube”,*** visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura, do Município de Paranaíba-MS, conforme especificado em conformidade com o Projeto Básico, Memorial descritivo dos Serviços, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos

**PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA DE TODOS OS EDITAIS**



**O Edital indicará :**

1. Todas as características do objeto de forma clara e objetiva.

2. A modalidade (como deve ocorrer) e o tipo de licitação (como será o julgamento)

3. Os documentos e condições a serem apresentados pelos licitantes

**OBJETO DA LICITAÇÃO**

- Alienação e concessão de direito real de uso de bens públicos

- Compra, inclusive por encomenda

- Locação

- Concessão e permissão de uso de bens públicos

- Prestação de serviço, inclusive os técnico-profissionais especializados

- Obras e serviços de engenharia (Obra **≠** Serviço de Engenharia)

Ex: Obra é construção, reforma, ampliação, já os serviços de engenharia são por exemplo demolição, conserto, instalação, montagem.

- Tecnologia da informação e de comunicação

* Bens e serviços comuns: podem ser objetivamente estabelecidos no edital. Seguem as especificações usuais no mercado.
* Bens e serviços especiais: apresentam características especiais

A lei 14.133/21,art 19, § 3° indica que, nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a MODELAGEM DE INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO *(Building Information Modelling)*

Trata-se de um conjunto de tecnologia e processos integrativos que permite a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de uma construção, de modo colaborativo, que sirva a todos os participantes do empreendimento, em qualquer etapa do ciclo de vida da construção.

Observação importante:

**Todo ano, os valores serão atualizados por Decretos emitidos pelo Presidente da República conforme dispõe o art 182 da Lei 14.133/21. A atualização será pelo IPCA- E ( Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial ou por índice que venha a substituí-lo**

**Os valores usados em 2025 foram atualizados pelo** [**DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2012.343-2024?OpenDocument)

Art 6 (...)XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aquelas cujo valor estimado supera R$ 250.902.323,87 (duzentos e cinquenta milhões novecentos e dois mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos) Na vigência do [**DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2012.343-2024?OpenDocument)

Nesse caso, deverá haver a Matriz de Risco :

Art 6° XXVII – cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações

Importante:

**Art. 20.** Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública **deverão ser de qualidade comum**, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo. **VEDAÇÃO À AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE LUXO**

§ 1º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário definirão em regulamento os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.

**Previsão Constitucional**

Art. 22**. Compete privativamente à União legislar** sobre:

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle;

(...)

.XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

**POR QUE UMA NOVA LEI DE LICITAÇÃO?**

* A lei 8666/93 prevê um formalismo excessivo no processo de licitação trazendo consequências indesejáveis para os contratos da Administração pública.
* A lei 14.133/21 foi publicada no dia 01.04.2021 e já entrou em vigor nessa mesma data.
* Durante o prazo de 2 anos (então até 31.03.2023) a Administração Pública poderia escolher qual a lei de licitação a incidir numa contratação pública.(ou seja a legislação antiga ou a nova lei)
* Durante esse período, a Administração poderá optar por qual aplicar deixando expresso no edital.
* A exceção é para a parte dos crimes licitatórios, que substituiu de imediato, as regras anteriores.
* Na data de 03. 04. 2023 a Medida Provisória n.1167/2023 determinou que até 30 de dez de 2023 o Poder Público poderia usar a Lei 8666/93 e a Lei 14.133/21.

**HOJE INCIDE APENAS A LEI 14.133/21**

O que foi revogado?

* Lei 8666/93 (modalidades: tomada de preço e convite)
* Lei do Pregão (lei 10.520/02) (o Pregão está na lei 14.133/21)
* Lei do RDC (lei 12.462/11) (Regime Diferenciado de Contratações Públicas)

**Quais os entes que são obrigados a licitar?**

1. A Administração Direta, as entidades da administração indireta com personalidade jurídica de direito público (autarquias e fundações públicas)
2. O Poder Legislativo e o Poder Judiciário quando exercerem função administrativa
3. Fundos Especiais
4. Entidades Controladas

**NÃO SÃO** abrangidas por esta Lei as **empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias**

(Independente da atividade que exercem) seguem a lei 13.303 de 2016.

A nova lei de licitação **não revoga** a lei de licitação das estatais. Aplica-se às disposições penais de crimes de licitação trazidos pela Nova Lei.

**Não se aplica a lei de licitação:**

1. Repartições Públicas no exterior : Regulamento Próprio
2. Recursos de agências e organismos internacionais: Regras próprias
3. Reservas Internacionais ( atos normativos do Banco Central)

**O QUE TRAZ DE NOVIDADE NA LEI 14.133/21 ?**

1. A ideia de resultado mais vantajoso e inovação
2. Ideias europeias e EUA ( diálogo competitivo)
3. Planejamento, Matriz de Risco e ciclo de vida do objeto
4. Parte principiológica mais detalhada ( art 5)
5. Mescla rigidez e flexibilidade
6. Remuneração variada da empresa
7. Governança na Administração Pública
8. Alinhamento com a lei orçamentária com o PCA ( PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL)
9. Não há uma ruptura total com as ideias da antiga lei.

MODO DE DISPUTA:

- aberto

- fechado

A Administração escolherá o tipo de julgamento por 2 critérios:

1. A natureza do objeto
2. Modalidade de licitação

\*\*\* Não há mais escolha pelo valor do objeto.